

NOVOS OLHARES SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO MUNDO: OS DISCURSOS DISSONANTES E AS CATEGORIAS DA IUCN

Clara Mascarenhas **Romeiro**¹, Bernardo Machado **Gontijo**²

(1 - Universidade Federal de Minas Gerais, clara.mascarenhas@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-6754-1499> 2 – Universidade Federal de Minas Gerais, gontijob9@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-5012-9652>)

Resumo: Áreas protegidas são territórios criados com o objetivo de garantir a manutenção da biodiversidade. Desde a criação das primeiras áreas protegidas até hoje os significados a ela atribuídos foram se modificando, sendo o processo histórico de criação desses territórios tema bastante consolidado no meio acadêmico. Este artigo busca levantar novas perspectivas sobre a evolução da instituição de áreas protegidas no mundo, pontuando que tal processo não se deu de forma linear, mas sim por meio da incorporação de diversos discursos dissonantes e historicamente construídos, que se expressam nas diversas categorias da IUCN. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica. Durante o artigo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os marcos históricos da criação de áreas protegidas e as transformações nas sensibilidades ambientais vinculadas a esse processo. Foram identificadas 5 correntes do pensamento ambientalista: preservacionismo romântico, conservacionismo, desenvolvimento sustentável, movimento por justiça ambiental e conservação da biodiversidade. Nossas análises apontam como cada uma das 5 categorias de áreas protegidas da IUCN reflete uma ou mais dessas correntes do pensamento ambientalistas aqui identificadas.

NEW PERSPECTIVES ON THE HISTORICAL PROCESS OF CREATING PROTECTED AREAS IN THE WORLD: THE DISSONANT SPEECHES AND IUCN CATEGORIES

Abstract: Protected areas are territories created with the objective of guaranteeing the maintenance of biodiversity. Since the creation of the first protected areas until today, the

meanings attributed to it have been changing, with the historical process of creating these territories being a highly consolidated topic in the academic environment. This article seeks to raise new perspectives on the evolution of the institution of protected areas in the world, pointing out that this process did not happen in a linear way, but through the incorporation of different discordant and historically constructed discourses, which are expressed in the various categories of the IUCN. The methodology used was bibliographic research. During the article, a bibliographic review was carried out on the historical milestones of the creation of protected areas and the changes in environmental sensitivities linked to this process. Five strands of environmentalist thought were identified: romantic preservationism, conservationism, sustainable development, movement for environmental justice and conservation of biodiversity. Our analyzes show how each of the IUCN's 5 categories of protected areas reflects one or more of these strands of environmentalist thinking identified here.

NUEVAS PERSPECTIVAS SOBRE EL PROCESO HISTÓRICO DE CRIACIÓN DE AREAS PROTEGIDAS EN EL MUNDO: DISCURSOS DISSONANTES Y CATEGORIAS DE LA IUCN

Resumen: Las áreas protegidas son territorios creados con el objetivo de garantizar el mantenimiento de la biodiversidad. Desde la creación de las primeras áreas protegidas hasta la actualidad, los significados que se le atribuyen han ido cambiando, siendo el proceso histórico de creación de estos territorios un tema muy consolidado en el ámbito académico. Este artículo busca plantear nuevas perspectivas sobre la evolución de la institución de las áreas protegidas en el mundo, señalando que este proceso no se dio de manera lineal, sino a través de la incorporación de diferentes discursos disonantes e históricamente construidos, los cuales se expresan en la varias categorías de la UICN. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica. Durante el artículo se realizó una revisión bibliográfica sobre los hitos históricos de la creación de áreas protegidas y los cambios en las sensibilidades ambientales vinculadas a este proceso. Se identificaron cinco corrientes de pensamiento ambientalista: preservacionismo romántico, conservacionismo, desarrollo sustentable, movimiento por la justicia ambiental y conservación de la biodiversidad. Nuestro análisis muestra cómo cada una de las 5 categorías de áreas protegidas de la UICN refleja una o más de estas líneas de pensamiento ambientalista identificadas aquí.

1. Introdução

As áreas protegidas são consideradas uma das principais estratégias de conservação da biodiversidade da atualidade (D'Amico, 2016; Santos, 2016; Henri-Silva, 2005). Segundo a União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN) elas correspondem a espaços, terrestres ou marinhos, cujo objetivo é a manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados (IUCN, 1994:7 apud Medeiros 2006).

Embora essas áreas sejam, hoje, consideradas como uma importante medida de conservação da natureza, sua história é complexa e evidencia transformações nas sensibilidades ambientais da sociedade ao longo do tempo. As sensibilidades ambientais dizem respeito às concepções de natureza, às formas com que a sociedade percebe, concebe e interage com o mundo natural. São construções históricas e, portanto, dinâmicas, que refletem contextos geográficos, sociais, culturais, econômicos, políticos e científicos distintos (Camargos, 2006; Franco, Schittini & Braz, 2015).

A evolução histórica da criação de áreas protegidas no mundo é um tema bastante explorado e consolidado no meio acadêmico. Diversos trabalhos científicos buscaram elucidar esse processo, lançando luzes aos marcos históricos, às transformações nas sensibilidades ambientais e à estruturação do pensamento ambientalista ao longo do tempo (Camargos, 2006; Franco et. al., 2015; McCormick, 1992). Embora muito se fale sobre a história da criação de áreas protegidas no mundo e a evolução das sensibilidades ambientais ao longo do tempo, carecem trabalhos acadêmicos que articulem esses dois polos ao processo de categorização desses territórios.

Muitas vezes, a evolução da criação de áreas protegidas e das sensibilidades ambientais é tratada a partir de uma ótica linear. Tal linearidade conduz à visão simplista de que os significados atribuídos à conservação da natureza foram se modificando ao longo do tempo até chegarem no que são hoje. Na mesma linha de pensamento, o processo de criação de áreas protegidas também foi sofrendo modificações até atingir a complexidade que vemos na atualidade. Sob essa ótica, a evolução da criação desses territórios (bem como a estruturação de suas diversas categorias) e das transformações nas sensibilidades ambientais corresponderia a um trajeto único, uma linha reta, que ligaria o ponto A (o marco inicial de Yellowstone) ao ponto B (as áreas protegidas da IUCN hoje).

Este artigo propõe romper com essa visão linear da evolução histórica da criação de áreas protegidas no mundo e trazer maior complexidade ao debate acadêmico. O objetivo deste trabalho é o de delinear uma nova perspectiva analítica ao processo de criação de áreas protegidas no mundo que possibilite compreender esses territórios como fruto de uma multiplicidade de discursos de proteção à natureza, que foram historicamente construídos.

Isto significa que iremos narrar outra história sobre o processo de criação de áreas protegidas no mundo. Nela, as transformações nas sensibilidades ambientais jogam um papel importante, condicionando a instituição desses territórios em diferentes contextos. O diferencial da narrativa que propomos aqui fica por conta do caráter complexo e não linear de seu enredo. Nesse enredo, que expressa nossa hipótese de pesquisa, a emergência de novas concepções de proteção à natureza não implica na substituição das antigas concepções de proteção a natureza. As diversas concepções de proteção à natureza, que foram se delineando ao longo do tempo, coexistem na atualidade e se expressam nas distintas categorias de áreas protegidas em âmbito internacional (IUCN).

Acreditamos que narrar essa outra história sobre a criação das áreas protegidas no mundo seja relevante para uma compreensão mais coerente e complexa da instituição desses territórios na atualidade. Perceber como os diferentes discursos de proteção a natureza emergiram e se articularam ao processo de instituição das áreas protegidas é de grande importância para aclarar os objetivos e preceitos de cada uma das categorias de áreas protegidas da IUCN, para que elas sejam geridas de forma correta e eficaz.

2. Procedimentos Metodológicos

Considerando o caráter teórico desta pesquisa, o caminho metodológico adotado na aproximação do nosso objetivo geral será a pesquisa bibliográfica. Segundo Lima & Miotto (2007, p.44):

Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente. (Lima & Miotto, 2007, p. 44)

Em se tratando de uma pesquisa bibliográfica, iremos nos apoiar na revisão de literatura como carro chefe da obtenção de dados. Como explicitado, a pesquisa bibliográfica vai além da simples revisão de literatura. Desta forma, esta pesquisa consiste em duas etapas metodológicas. Primeiro, iremos realizar uma revisão de literatura sobre dois principais temas: *i*) a história de criação das áreas protegidas no mundo; *ii*) a evolução das sensibilidades ambientais ao longo do tempo. A segunda etapa fica por conta da análise crítica aqui pretendida, ou seja, de narrar outra história sobre o processo de criação de áreas protegidas, que permita evidenciar a coexistência de diversos discursos de proteção à natureza, vinculados a instituição desses territórios na atualidade. Nela iremos articular os dois temas abordados na revisão de literatura e analisa-los a luz do atual sistema de categorização de áreas protegidas da IUCN.

3. A evolução histórica da criação de áreas protegidas no mundo: um olhar a partir das transformações nas sensibilidades ambientais ao longo do tempo.

Áreas destinadas à proteção da natureza vêm sendo criadas, com objetivos distintos, desde a Antiguidade, sendo tema bastante controverso o fornecimento de datas fixas e marcos iniciais. Há relatos do estabelecimento de territórios voltados a salvaguarda de áreas florestadas e algumas espécies animais na Índia há aproximadamente 252 a.C (Almeida, 2014). A criação de Florestas de Caça na Europa, durante o período Medieval, foi uma medida usual em diversos reinos, somando iniciativas que apontam para os primórdios do estabelecimento de áreas protegidas no mundo (Camargos, 2006). No entanto, a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos (EUA) em 1872, tem sido comumente apontada como marco na criação desses territórios na contemporaneidade. Isto se justifica pelo fato de que tal instituição foi o fruto de transformações significativas nas sensibilidades ambientais do mundo ocidental, inspirando a definição de áreas protegidas em outras partes do globo (Almeida, 2014; Camargos, 2006).

A criação do primeiro Parque norte-americano não ocorreu ao acaso, mas esteve ligada a uma série de transformações sociais, econômicas e culturais da época. Na segunda metade do século XVIII, com a emergência da Primeira Revolução Industrial e o adensamento dos centros urbanos, nota-se o surgimento de diversos problemas ambientais, como a poluição dos rios e do ar. Os problemas ambientais e a vida estressante nas cidades fez crescer na população o desejo de retorno ao campo e de maior contato com a natureza,

contribuindo para a emergência do movimento artístico conhecido como Romantismo (Camargos, 2006; McCormick, 1992; Thomas, 2010).

O Romantismo representou uma mudança importante nas sensibilidades ambientais da época, uma vez que valorizava a natureza primitiva e selvagem, que outrora fora considerada imoral e encarada sob uma ótica negativa (Cronon, 1996; Nash, 1967; Thomas, 2010). A partir de sua emergência, os ambientes selvagens (“wilderness”) passaram a ser vistos como “alimento” para a alma, sendo considerados importantes para a formação moral dos indivíduos (Camargos, 2006; Thomas, 2010). Além do Romantismo, o avanço dos conhecimentos em ciências naturais também contribuiu para despertar um olhar de simpatia e zelo para com a vida selvagem (McCormick, 1992). Com isso, a natureza selvagem passou a ser encarada sob um viés positivo, despertando-se o desejo de preservá-la, tendo em vista o avanço das atividades industriais e a expansão urbana que caracterizaram o mundo ocidental a partir da segunda metade do século XVIII.

Dentre os fatores que levaram à criação do Parque Nacional do Yellowstone, em 1872 nos EUA, merecem destaque a influência do Romantismo, o crescente interesse pela história natural entre a população norte-americana, o processo histórico de colonização e a “marcha para o oeste”. Segundo McCormick (1992, p. 29):

Ao mesmo tempo a crescente popularidade da história natural alertou os cientistas (assim como ocorreu na Grã-Bretanha) para a amplitude das mudanças ambientais. A beleza da natureza virgem norte-americana inspirou os escritos de autores românticos, filósofos e viajantes através do século XVIII e no começo do século XIX. (...) Ao mesmo tempo que o avanço para o oeste durante o século XIX lançava colonos, companhias de mineração e madeireiras contra as áreas virgens, também se consolidava a influência dos amantes da natureza que discorriam sobre a beleza espetacular das Montanhas Rochosas e do faroeste. (McCormick, 1992, p. 29)

A criação do Parque Nacional de Yellowstone acabou por consolidar a emergência de um movimento de preservação da natureza nos EUA, que despontou no século XIX. Como o próprio vínculo com o Romantismo sugere, esse movimento esteve ligado à salvaguarda de ambientes por motivos estéticos, morais, espirituais e memoriais. Para além da proteção às paisagens belas e sublimes, verdadeiras “obras divinas”, a criação dos primeiros Parques norte-americanos teve um caráter simbólico, isto é, de preservar a natureza selvagem como parte da história e identidade dos EUA (Camargos, 2006; Cronon, 1996; Nash, 1967; Runte, 2010).

Entretanto, esse movimento de proteção à natureza apresentou divergências ainda neste período, expressas pela oposição entre dois grupos: os preservacionistas e os conservacionistas. Os preservacionistas, enraizados nos ideais de apreciação estética e sacralidade da natureza do Romantismo, defendiam a estrita preservação da natureza, isto é, a proteção das áreas virgens de qualquer uso que não fosse o recreativo ou educacional. Já os conservacionistas, ancorados nos preceitos de manejo florestal de inspiração alemã, propunham o uso direto dos recursos naturais em bases racionais, ou seja, pautado nos ideais de racionalidade, democracia e eficiência. Embora os preservacionistas tenham inspirado filosoficamente a criação dos primeiros Parques nos EUA, os conservacionistas foram importantes críticos desse modelo de áreas protegidas. Para estes, a criação desses territórios deveria seguir o critério do manejo florestal, devendo-se prestar a fins de pesquisas científicas e uso racional, democrático e eficiente de tais recursos (Franco et.al., 2015; McCormick, 1992; Nash, 2014; Worster, 2008).

A primeira metade do século XX é caracterizada pela tentativa de transpor o modelo de Parques norte-americano para o resto do mundo. Nesse contexto, foram realizadas duas conferências mundiais. A primeira delas, a Conferência Internacional para a Proteção da Fauna e da Flora, realizada em Londres (1933) teve como objetivo discutir estratégias de preservação da natureza nas colônias europeias na África. Dentre tais estratégias, constava a criação de Parques no âmbito dessas colônias. Já a Conferência para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, realizada em Washington (1940), objetivou discutir as experiências internacionais de proteção à natureza e os resultados da Conferência de Londres de 1933, além de buscar comprometer os países sul-americanos a instituírem áreas protegidas em seus territórios. Ela também propôs uma unificação dos conceitos, objetivos e tipologias de áreas protegidas em âmbito internacional (Brito, 2000; Franco et.al., 2015; Holdgate, 1999; McCormick, 1992).

Embora movimentações em prol da criação de áreas protegidas tenham marcado o cenário internacional na primeira metade do século XX, tais iniciativas foram pouco numerosas e careceram de resultados práticos. Os contextos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais parecem ter sido um fator chave nesse sentido, uma vez que a necessidade econômica imposta pelos conflitos armados fez emergir a “ideologia do progresso”, na qual os recursos naturais eram encarados de forma utilitarista, devendo ser explorados para a

garantia do desenvolvimento das nações, aspecto que se opunha a ideia de criação de áreas protegidas (Franco et.al., 2015; McCormick, 1992).

Apesar disso, foi no contexto pós-guerra que a União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN) foi criada, em 1948, no âmbito da UNESCO. A IUPN tinha como objetivo promover a preservação da vida selvagem e dos ambientes naturais, sendo de sua responsabilidade fomentar a criação e normatizar as áreas protegidas em escala internacional. Em 1952, a instituição teve seu nome alterado, passando a se chamar União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). No ano de 1960, a IUCN criou a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CPNAP), que tinha como objetivo promover e monitorar esses territórios destinados à proteção da natureza, bem como dar orientações ao manejo e manutenção dos mesmos (Franco et.al.,2015; Holdgate, 2000; McCormick, 1992).

Em 1962, a CPNAP organizou o Primeiro Congresso Nacional de Parques, em Seattle nos EUA. Tal Congresso representou um significativo avanço no que diz respeito à unificação dos conceitos e objetivos das áreas protegidas em âmbito internacional, esboçando-se, a partir daí, uma tipologia comum para guiar a instituição e o manejo desses territórios, como é o caso das categorias Parque Nacional, Monumento Natural e Reserva da Vida Silvestre. O evento ainda estabeleceu um objetivo único para todas as áreas protegidas: proteger os ecossistemas e habitats (Araujo, 2007; Brito, 2000; Franco et.al.,2015; Holdgate, 2000). Nota-se que o discurso estético e paisagístico, calcado nos ideais do Romantismo, foi perdendo terreno no âmbito da criação de áreas protegidas no mundo, emergindo uma visão mais baseada nas ciências naturais, marcadamente na ecologia.

A década de 1960 foi caracterizada ainda pela emergência de um movimento ambientalista distinto, que ficou conhecido como “Novo Ambientalismo”. Este se distanciou da clássica dicotomia entre preservacionistas e conservacionistas, que até então havia dado o tom dos debates internacionais sobre proteção da natureza, situando a problemática ambiental de maneira mais ampla, vinculando-a à questão da sobrevivência da espécie humana na Terra. O Novo Ambientalismo possuía um caráter essencialmente político e ativista, transmitindo a ideia de que uma catástrofe ambiental era iminente à ordem socioeconômica e cultural vigente, e só poderia ser evitada por meio de mudanças fundamentais nos valores e instituições das sociedades industriais (McCormick, 1992).

A publicação do livro “Primavera Silenciosa”, da bióloga Rachel Carson, em 1962 foi uma marco na emergência do Novo Ambientalismo. O *best-seller* discorria sobre os

efeitos ambientais adversos da utilização indiscriminada de inseticidas e pesticidas sintéticos na agricultura, trazendo para o grande público, os impactos ecológicos que as novas tecnologias agrícolas poderiam causar em diversas escalas. Alguns desastres ambientais ligados à extração de petróleo e à utilização da energia nuclear também contribuíram para o despertar do Novo Ambientalismo, alertando a população para a magnitude dos impactos ambientais em escalas geográficas mais abrangentes (McCormick, 1992).

O Novo Ambientalismo contribuiu para que a degradação do meio ambiente ganhasse visibilidade global e passasse a compor a agenda política internacional. A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972, foi fruto desse contexto. O evento contou com a participação de 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e 400 outras organizações intergovernamentais e não-governamentais, e teve como objetivo debater as causas, consequências e possíveis soluções dos problemas ambientais enfrentados pelas nações participantes. A Conferência de Estocolmo reafirma, assim, a tendência do movimento ambientalista da década de 1960 de articular as questões ambientais com os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos da civilização. Deixa-se de lado o foco da proteção dos ambientes selvagens para se pensar os problemas ambientais de forma mais ampla e articulada com o ambiente humano, tendência que culminou na definição do conceito de Desenvolvimento Sustentável, em 1987 (Franco et.al., 2015; Holdgate, 1999; McCormick, 1992;).

De acordo com o Relatório de Brundtland, o Desenvolvimento Sustentável “*é aquela que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*” (CMMAD, 1988. p.46). O conceito articula três pilares: econômico, social e ambiental, atentando-se para questões relacionadas à desigualdade social, eficiência e equilíbrio econômico, e racionalidade no uso dos recursos naturais (CMMAD, 1988). O Relatório de Brundtland busca ainda aproximar a criação de áreas protegidas a esse ambientalismo de cunho político e global. No documento, tais territórios são encarados como uma estratégia internacional de conservação da natureza e de promoção do desenvolvimento em bases sustentáveis. A criação de áreas protegidas vai, desta forma, ganhando uma roupagem mais científica, ancorando-se nos avanços da Biologia e na “necessidade” de se articular economia e meio ambiente.

Após a Conferência de Estocolmo, e muito em virtude da visibilidade que esta trouxe para as questões ambientais em escala global, nota-se um aumento quantitativo expressivo na

criação de áreas protegidas ao redor do globo (Adams & Hutton. 2007; Franco et.al.2015). Ainda em 1972 foi realizado o Segundo Congresso de Parques Nacionais da IUCN, em Yellowstone (EUA), onde, novamente, foram debatidas as propostas de instituição de um sistema de classificação internacional para as áreas protegidas, com terminologias e tipologias comuns a todas as nações (Franco et.al., 2015; McCormick, 1992).

Na medida em que as áreas protegidas foram ganhando espaço nos debates internacionais e o movimento ambientalista foi se deslocando do foco nos ambientes selvagens para o contexto humano e político, a presença humana e o impacto que esta causa dentro desses territórios foi adquirindo maior visibilidade. Assim, as décadas de 1970 e 1980 marcam a emergência de um novo pensamento atrelado à criação e manejo de áreas protegidas, considerando-se, a partir daí, a presença humana nesses territórios e os impactos sociais causados pela criação dos mesmos (Adams & Hutton. 2007; Alier, 2007).

O período coincide com a emergência da Ecologia Política, campo de conhecimento criado por geógrafos, antropólogos e sociólogos ambientais, que estuda os conflitos ecológicos distributivos. A Ecologia Política busca apreender a relação harmônica ou desarmoniosa entre os grupos sociais e os ecossistemas em que estão inseridos, atentando-se para a desigualdade social no que diz respeito ao acesso aos recursos naturais e ao meio ambiente equilibrado. Tal ramo do conhecimento marca uma importante transformação no pensamento ambientalista das décadas de 1970 e 1980, despontando o que ficou conhecido como “ecologismo dos pobres” ou “movimento por justiça ambiental”. Essa nova forma de se pensar as questões ambientais resultou de uma articulação entre a academia e os movimentos sociais, que, embora não estivessem diretamente ligados à luta pela proteção da natureza, estavam inseridos em questões mais amplas ligadas ao meio ambiente e ao acesso aos recursos naturais. É o caso, por exemplo, dos movimentos sociais ligados aos conflitos relacionados ao uso das águas ou à contaminação ambiental por resíduos tóxicos (Alier, 2007). Segundo Alier (2007, pp. 36-37):

O movimento por justiça ambiental dos Estados Unidos assumiu consciência de si mesmo nos inícios dos anos 1980. Sua “história oficial” destaca a primeira aparição em 1982. Quanto aos seus primeiros discursos acadêmicos, datam do início dos anos 1990. A noção de um ecologismo dos pobres também reporta a uma história de vinte anos. Ramachandra Guha identificou as duas principais correntes ambientais como wilderness thinking (o que agora rubricamos como “o culto ao silvestre”) e o scientific industrialism, o que ora estamos denominando como “credo da ecoeficiência”, “modernização ecológica” e “desenvolvimento

sustentável”. A terceira corrente foi identificada a partir de 1985 como “agrarismo ecologista” (...) que implicava um vínculo entre movimentos camponeses de resistência e a crítica ecológica para o enfrentamento da modernização agrícola, assim como da silvicultura “científica”. (Alier, 2007, pp. 36-37.)

Com a emergência da Ecologia Política e do “movimento por justiça ambiental”, as questões ambientais se aproximam dos movimentos sociais de resistência, passando a ser encaradas sob o viés humano. Os problemas ambientais passam a ser vistos como fruto de questões mais amplas, ligadas à sociedade capitalista industrializada e às desigualdades sociais que esta impõe.

No âmbito das áreas protegidas, a emergência dessa nova corrente do pensamento ambientalista também representou transformações. Diversos estudos realizados a partir da década de 1980 conferiram visibilidade aos conflitos territoriais no interior de áreas protegidas, apontando os impactos sociais da criação das mesmas para diversos segmentos sociais, em especial às populações tradicionais. As áreas protegidas voltadas estritamente para a preservação da natureza passaram a ser objeto de críticas pelas restrições que impõem ao uso e ocupação do solo em seu interior, causando impactos às populações tradicionais e/ ou economicamente desfavorecidas (Adams & Hutton. 2007; Alier, 2007).

Esse contexto de emergência da Ecologia Política e do movimento por justiça ambiental foi de grande relevância para que as populações tradicionais ganhassem visibilidade nos debates ambientalistas e no âmbito da criação de áreas protegidas. Povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, dentre outros, passaram a ser encarados como agentes importantes na promoção do Desenvolvimento Sustentável, devendo ser, portanto, respeitados seus direitos tradicionais ao território e à utilização dos recursos naturais. Muitos pesquisadores, ao estudarem as práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais por parte desses povos, perceberam que estes eram de grande importância para a manutenção da diversidade biológica do meio ao qual estavam inseridos, e que as medidas de proteção à natureza, em especial as áreas protegidas, não deveriam excluir as populações tradicionais, mas sim incorporá-las ao manejo desses territórios. Surge daí a ideia de que as áreas protegidas, além de promoverem a proteção da natureza, deveriam contribuir na conservação da sociodiversidade e dos modos de vida tradicionais (Diegues, 1996).

No Brasil, o surgimento da Aliança dos Povos da Floresta vai de encontro a essa tendência mundial. Tal Aliança, formada em 1986 por indígenas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, dentre outros, foi um marco na luta pela autonomia dos povos tradicionais da

Amazônia, que defendiam seu direito à terra e o respeito à sua cultura, ambos ameaçados pela expansão da fronteira agrícola e pelos planos de desenvolvimento regional encabeçados pelo governo na época. Uma das pautas defendidas pela Aliança era a criação de Reservas Extrativistas, áreas protegidas que serviriam como uma espécie de “casamento” entre reforma agrária e conservação da natureza, assegurando às populações tradicionais amazônicas, o direito de uso dos recursos naturais em seu interior e a manutenção de seus modos de vida tradicionais. O fato de as Reservas Extrativistas comporem, hoje, o rol de categorias de áreas protegida no Brasil, demonstra a força do movimento socioambientalista e seu papel na incorporação da luta dos povos tradicionais ao processo de criação de áreas protegidas. (Diegues, 1996; Santilli, 2005).

A década de 1980 também é marcada pela emergência da Biologia da Conservação, que representou mudanças significativas na forma como a proteção da natureza e a criação de áreas protegidas passaram a ser encaradas. A emergência da teoria da Biogeografia de Ilhas, em 1967, também teve papel importante nesse sentido, respaldando estudos acerca da diversidade de espécies em ambientes insulares. Mas sua relevância não se restringiu à biogeografia de tais ambientes, tendo contribuído também para a compreensão dos efeitos da fragmentação de habitats sobre as espécies, decorrentes da destruição da natureza. Assim, a teoria da Biogeografia de Ilhas teve expressivo impacto sobre a Ecologia, contribuindo para mudar os rumos da Biologia na direção de uma maior preocupação com a conservação (Franco, 2013; Macarthur & Wilson, 1967).

Nesse contexto foi realizada, em 1978, a Primeira Conferência Internacional sobre Biologia Conservacionista, em San Diego, EUA. No evento, vários biólogos debateram as causas e consequências da rápida diminuição da diversidade biológica e da perda e fragmentação de habitats. Apesar disso, a Biologia da Conservação só foi despontar enquanto ramo do conhecimento, em 1986, quando o conceito de “biodiversidade” foi cunhado durante a realização do National Forum on BioDiversity, em Washington (EUA) (Franco, 2013).

O nascimento da Biologia da Conservação impactou de forma significativa o pensamento ambientalista da época, bem como as motivações ligadas à criação de áreas protegidas. O termo “biodiversidade” tornou-se o centro aglutinador dos debates relacionados à conservação da natureza e da vida na Terra, sendo, posteriormente, apropriado pelo ambientalismo internacional e pelo discurso do Desenvolvimento Sustentável. As áreas

protegidas passaram a ser criadas não apenas em função de aspectos estéticos, mas por sua relevância na proteção da biodiversidade.

A teoria da Biogeografia de Ilhas também representou mudanças importantes na forma como as áreas protegidas passaram a ser encaradas. Isto porque esses territórios correspondem a pequenas ilhas naturais preservadas, circundadas por ambientes modificados pela ação humana. Tal teoria foi relevante ao subsidiar cientificamente a criação de reservas futuras, apresentando uma série de critérios relacionados ao tamanho, formato e grau de isolamento, que contribuiriam para sua eficácia enquanto estratégia de conservação da biodiversidade. Outro aspecto importante da teoria da Biogeografia de Ilhas é que ela fez emergir a ideia de um sistema de áreas protegidas. Por meio da relação entre a biodiversidade e o tamanho, formato e grau de isolamento das reservas, tal teoria demonstrou que a criação de áreas protegidas muito pequenas ou isoladas é pouco significativa para a conservação da biodiversidade. Surge daí a proposta de se criar um sistema de áreas protegidas, no qual diversos territórios, de formatos e tamanhos distintos, deveriam estar articulados entre si.

As transformações nas sensibilidades ambientais ao longo das décadas de 1970 e 1980 ganharam visibilidade e solidez nos anos de 1990. Durante a segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, tanto a perspectiva do movimento por justiça ambiental quanto da conservação da biodiversidade ficaram evidentes. No evento foi ratificada a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), considerada, ainda hoje, o principal documento que orienta as políticas relacionadas à diversidade biológica no mundo (Franco *et.al.*,2015).

A CDB foi criada com o objetivo de promover a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. O documento trata ainda da conservação *in situ*, propondo diretrizes importantes para a criação e manejo de áreas protegidas que abarcam tanto o discurso da conservação da biodiversidade quanto do movimento por justiça ambiental. Algumas diretrizes presentes na CDB são: i) o estabelecimento de sistemas de áreas protegidas; ii) promoção da proteção de ecossistemas e habitats naturais; iii) manutenção de populações viáveis de espécies; iv) promoção do desenvolvimento sustentável em porções adjacentes às áreas protegidas; e v) respeito ao conhecimento, às inovações e às práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação (Araujo, 2007; Brito, 2000; Franco *et.al.*,2015).

No mesmo ano de 1992, foi realizado o Quarto Congresso Mundial de Parques da IUCN, em Caracas, na Venezuela. Na esteira do movimento ambientalista global, o Congresso buscou debater questões relativas ao desenvolvimento sustentável, à promoção da justiça socioambiental e à conservação da biodiversidade. Entretanto, uma das principais contribuições do evento foi a estruturação das categorias internacionais de áreas protegidas da IUCN. Após quase trinta anos de esforços do órgão nessa direção, foi, enfim, apresentada uma lista categorias de áreas protegidas durante o respectivo evento, sendo esta aprovada em 1994 (Franco et.al., 2015; IUCN, 2008). Tal listagem corresponde, até os dias de hoje, na única desenvolvida em âmbito internacional com o intuito de direcionar a criação e o manejo desses territórios e será objeto de análise do próximo subtítulo.

Para finalizar esse subtítulo, é importante pontuar um último marco no processo de consolidação do movimento internacional de conservação da natureza: a proteção da geodiversidade. Esta vincula-se aos aspectos abióticos do meio ambiente, como é o caso da variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que formam o relevo e a paisagem, fósseis, minerais, rochas, dentre outros depósitos superficiais que constituem a base para a vida na Terra. O termo geodiversidade foi utilizado pela primeira vez em 1993, durante a Conferência de Malvern sobre Conservação Geológica e Paisagística, no Reino Unido (Machado & Azevedo, 2015).

Com o objetivo de assegurar a proteção da geodiversidade, surgiu a ideia de criação de Geoparques, isto é, de delimitação de geossítios cujo objetivo é salvaguardar testemunhos representativos da história geológica das mais diversas localidades do globo. A proposta dos Geoparques foi apresentada à comunidade científica pela UNESCO em 1999, mas, foi somente em 2015 que a mesma passou a constar enquanto rótulo oficial do órgão intergovernamental. Atualmente, a Rede Global de Geoparques é composta por 120 Geoparques, distribuídos em 33 países, que se concentram na Europa e na China. Embora os Geoparques não se constituam enquanto uma categoria de área protegida, sua existência acaba por ampliar a visão de conservação da natureza, atentando-se para os elementos abióticos do meio que, em última instância, sustentam a biota (Machado & Azevedo, 2015).

4. As categorias de áreas protegidas da IUCN e a coexistência de diversos discursos de proteção à natureza em seu escopo

Em 1994 a IUCN aprovou a lista de categorias de áreas protegidas apresentada durante o Quarto Congresso Mundial de Parques de 1992, que se constitui, ainda hoje, na única desenvolvida em âmbito internacional com o intuito direcionar a criação e o manejo de áreas protegidas. Tal lista é composta por seis categorias de áreas protegidas: Reserva Natural Estrita, Área Silvestre, Parque Nacional, Monumento Natural, Área de manejo de habitats/espécies, Paisagem terrestre/ marítima protegida e Área protegida de Recursos Manejados. Cada uma dessas categorias reflete uma concepção de proteção à natureza, com distintos objetivos e propostas de manejo (ver Tabela 1).

Tabela 1: Categorias de áreas protegidas da IUCN, propostas em 1992, e seus respectivos tipos de manejo.
Fonte: IUCN, 2008

Tipo de manejo	Categoria de área protegida
Preservação estrita/ integral	Reserva Natural Estrita
	Área Silvestre
Preservação e conservação de ecossistemas	Parque Nacional
Conservação de feições naturais	Monumento Natural
Conservação através de manejo ativo/ restauração de habitats	Área de Manejo de Habitats/ Espécies
Conservação de ambientes terrestres e marinhos para recreação	Paisagem terrestre/ marítima protegida
Uso sustentável dos recursos naturais	Área Protegida de Recursos Manejados

Como pode ser verificado na Tabela 1, as diversas concepções de manejo apresentadas para cada categoria de área protegida da IUCN refletem a incorporação das distintas correntes do pensamento ambientalista apresentadas ao longo deste artigo: preservacionismo romântico, conservacionismo, desenvolvimento sustentável, movimento por justiça ambiental e conservação da biodiversidade. Isso indica que o processo histórico de criação desses territórios não se deu de forma linear, com uma corrente sucedendo e substituindo a outra, mas sim por meio da disputa e incorporação de diversos discursos dissonantes, que foram se estabelecendo em distintos contextos históricos. Cada uma das categorias de áreas protegidas da IUCN abrange, em maior ou menor grau, as diversas correntes do pensamento ambientalista aqui apresentadas.

A proposta de manejo integral, isto é, de preservação estrita do meio ambiente, expressa nas categorias Reserva Natural Estrita e Área Silvestre, certamente nos faz lembrar das primeiras áreas protegidas criadas nos EUA, no final do século XIX, nas quais a proteção integral da natureza era um fator essencial. O próprio uso da nomenclatura “Área Silvestre” (Wilderness Area, no original em inglês) remete ao movimento preservacionista da época, quando a noção de “wilderness” e de “natureza intocada” era tão importante.

O mesmo pode ser dito da preferência dos Monumentos Naturais em resguardar as feições paisagísticas singulares - quase um salto ao passado em retorno ao gosto estético pelo sublime durante o “reinado” do Romantismo. Por outro lado, podemos ver as repercussões do movimento por justiça ambiental, e sua luta em defesa dos povos tradicionais, na categoria “Área Protegida de Recursos Manejados” que, segundo a IUCN (2008, p. 22) destina-se a “*conserve ecosystems and habitats, together with associated cultural values and traditional natural resource management systems*”.

Os preceitos da conservação da biodiversidade ficam mais evidentes na categoria Parque Nacional, que, calcada numa visão mais biológica, busca assegurar a proteção de ecossistemas e das relações ecológicas que aí se estabelecem. A categoria Conservação através de Manejo Ativo/ Restauração de Habitats também apresenta características da corrente da conservação da biodiversidade, uma vez que visa “*maintain, conserve and restore species and habitats*” (IUCN, 2008. p. 19), remetendo a uma proteção mais específica dos aspectos biológicos da natureza. Elementos do conservacionismo e do desenvolvimento sustentável, especialmente no que diz respeito ao uso racional dos recursos naturais, podem ser percebidos na categoria Área Protegida de Recursos Manejados.

Apesar disso, é importante não cair na tentação de considerar cada categoria como expoente de uma única corrente do pensamento ambientalista. Cada categoria é composta por uma multiplicidade de discursos que abarca mais de uma corrente simultaneamente. Por exemplo, a já citada categoria Área Protegida de Recursos Manejados carrega discursos de praticamente todas as correntes do pensamento ambientalista apresentadas neste artigo. Segundo a IUCN (2008, p. 22), o objetivo primário desta categoria é “*protect natural ecosystems and use natural resources sustainably, when conservation and sustainable use can be mutually beneficial*”. A proposta de resguardar a biota, em especial os ecossistemas, nos remete ao discurso de conservação da biodiversidade. Já a ideia de integrar conservação da natureza com uso sustentável aponta caminhos tanto na direção do conservacionismo quanto do desenvolvimento sustentável.

Em relação ao primeiro, o objetivo secundário de “*to facilitate scientific research and environmental monitoring, mainly related to the conservation and sustainable use of natural resources*” (IUCN, 2008. p. 22) demonstra sintonia com o manejo racional dos recursos naturais, próprio dessa corrente do pensamento ambientalista. Por outro lado, os preceitos do desenvolvimento sustentável se tornam explícitos no objetivo desta categoria de

“*promote sustainable use of natural resources, considering ecological, economic and social dimensions*” (IUCN, 2008. p. 22), que, inclusive, remete aos três pilares do desenvolvimento sustentável (ecológico, econômico e social) explicitados no Relatório de Brundtland. Por fim, a Área Protegida de Recursos Manejados também busca uma aproximação com populações locais e/ ou tradicionais, buscando valorizar seus conhecimentos e práticas em relação à natureza, o que demonstra uma proximidade com os ideais do movimento por justiça ambiental. O objetivo específico de “*To promote social and economic benefits to local communities*” (IUCN, 2008. p. 22), é bastante emblemático nesse sentido.

A categoria Conservação de Ambientes Terrestres e Marinhos para Recreação também remete a várias das correntes do pensamento ambientalista discutidas neste trabalho. Seu objetivo primordial é: “*protected area where the interaction of people and nature over time has produced an area of distinct character with significant ecological, biological, cultural and scenic value*” (IUCN, 2008. p. 20). Se por um lado a preocupação em resguardar aspectos biológicos e ecológicos do meio remete ao discurso de conservação da biodiversidade, os aspectos cênicos e ligados ao lazer/ recreação parecem remontar aos ideais do preservacionismo romântico. Por fim, a proposta de articulação entre proteção da natureza e manejo sustentável (vinculado principalmente às populações tradicionais) aponta uma proximidade com o movimento por justiça ambiental, como é explícito no objetivo específico da categoria de “*maintain a balanced interaction of nature and culture through the protection of landscape and/or seascape and associated traditional management approaches, societies, cultures and spiritual values*” (IUCN, 2008. p. 20).

A categoria Conservação através de Manejo Ativo/ Restauração de Habitats possui como objetivo principal “*maintain, conserve and restore species and habitats*” (IUCN, 2008. p. 19) apresentando alinhamento claro com o discurso de conservação da biodiversidade. Entretanto, uma análise mais atenta dessa categoria deixa transparecer uma proximidade com as propostas do preservacionismo romântico. É o caso do objetivo de “*provide a means by which the urban residents may obtain regular contact with nature*” (IUCN, 2008. p. 19), que remete à importância das áreas protegidas para o lazer, o desfrute e a formação moral dos seres humanos.

A já citada categoria Monumento Natural, possui como objetivo “*protect specific outstanding natural features and their associated biodiversity and habitats*” (IUCN, 2008. p. 17), demonstrando uma articulação clara entre o discurso do preservacionismo romântico, em

especial no que diz respeito à proteção da paisagem, e o discurso de conservação da biodiversidade, quando busca articular a paisagem aos aspectos bióticos a ela vinculados.

A categoria Parque Nacional também parece estar mais vinculada aos discursos de conservação da biodiversidade e ao preservacionismo romântico. Seu objetivo é *“protect natural biodiversity along with its underlying ecological structure and supporting environmental processes, and to promote education and recreation”* (IUCN, 2008. p. 16). O uso das palavras “biodiversidade” e “estruturas ecológicas” remete à primeira corrente do pensamento ambientalista. Já ideia de promover educação e lazer para a população é bastante cara ao preservacionismo romântico.

Por fim, a categoria Preservação Estrita/ Integral tem como objetivo *“protect the long-term ecological integrity of natural areas that are undisturbed by significant human activity so that current and future generations have the opportunity to experience such areas”* (IUCN, 2008. p. 14). A proposta de proteger a biota vincula-se ao discurso de conservação da biodiversidade, enquanto a ideia de proteger integralmente a natureza selvagem nos remete ao preservacionismo romântico. Por outro lado, o objetivo de resguardar a natureza para as futuras gerações, demonstra um alinhamento, ainda que fraco, com os preceitos do desenvolvimento sustentável. O objetivo específico de *“to enable indigenous communities to maintain their traditional wilderness-based lifestyle and customs”* (IUCN, 2008. p. 14) aponta ainda um vínculo com o movimento por justiça ambiental.

5. Considerações finais

- Na atualidade, as áreas protegidas são consideradas uma das principais estratégias de conservação da biodiversidade no mundo, integrando uma rede de territórios destinados à proteção da natureza de abrangência internacional. Embora, hoje, bastante consolidadas, as áreas protegidas trilharam um longo percurso evolutivo, incorporando novos sentidos e significados ligados à proteção da natureza. Vários estudos acadêmicos tem buscado elucidar a história da criação de áreas protegidas no mundo (Camargos, 2006; Franco et. al., 2015; McCormick, 1992). No entanto, tais estudos comumente abordam a criação desses territórios sob uma ótica linear, na qual os significados atribuídos a eles vão se modificando ao longo do tempo. Este artigo buscou romper com essa visão.

- Nosso objetivo foi o de analisar como o histórico de criação de áreas protegidas carrega, em si, uma multiplicidade de discursos ligados a diferentes concepções de natureza e de sua proteção (preservacionismo romântico, conservacionismo, desenvolvimento sustentável, movimento por justiça ambiental e conservação da biodiversidade). A multiplicidade desses discursos deixou suas marcas, em maior ou menor grau, nas diversas categorias de áreas protegidas da IUCN.
- Ao longo do artigo, buscamos explicitar que cada uma das seis categorias de áreas protegidas – Reserva Natural Estrita, Área Silvestre, Parque Nacional, Monumento Natural, Área de manejo de habitats/espécies, Paisagem terrestre/ marítima protegida e Área protegida de Recursos Manejados – carrega preceitos de uma ou mais correntes do pensamento ambientalista. Isso significa que, embora alguns discursos de proteção à natureza sejam preponderantes, como é o caso da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, a categorização de áreas protegidas da IUCN é fruto da incorporação de praticamente todos os discursos de proteção à natureza que foram sendo construídos ao longo do tempo, resguardando, também, elementos do preservacionismo romântico, do conservacionismo e do movimento por justiça ambiental.
- Perceber as áreas protegidas hoje como resultado de um processo histórico complexo é romper com a visão linear da instituição desses territórios. Assim, eles passam a ser encarados não como o resultado de um somatório de forças, ou seja, como um terreno uniforme e neutro, mas sim como um terreno de disputas, no qual coexistem, muitas vezes, visões de proteção à natureza distintas e contraditórias. Compreender a multiplicidade de discursos que permeia a criação de áreas protegidas hoje, bem como suas contradições inerentes, é um passo importante para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre esses territórios. Tal compreensão também é relevante no sentido de possibilitar uma visão e um manejo mais adequado de cada uma das categorias de áreas protegidas da IUCN.

6. Referências

Adams, W.M. Hutton, J. (2007) People, Parks and Poverty: Political Ecology and Biodiversity Conservation. *Conservation and Society Journal*, Mumbai, v.5, nº2. p. 147-183.

Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26392879?seq=1#metadata_info_tab_contents>

Acesso em: abr.2018.

Alier, J.M. (2009) *O Ecologismo dos Pobres*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 379p.

Almeida, F.P. (2014) *Histórico de Criação das Categorias de Unidades de Conservação no Brasil*. 2014, 247f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Nazaré Paulista.

Araújo, M.A.R. (2007) *Unidades de Conservação no Brasil: da República à Gestão de Classe Mundial*. Belo Horizonte: SEGRAC.

Brito, M.C.W. (2000) *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume e FAPESP.

Camargos, R.M.F. (2006) *Homem, Natureza e Sensibilidades Ambientais: as Concepções de Áreas Naturais Protegidas*. 111f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991) *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas.

Cronnon, W. (1995) *The Trouble with Wilderness; or, Getting Back to the Wrong Nature*. Uncommon ground: toward reinventing nature. New York: W. W. Norton & Co.

Diegues, A.C. (1994) *O mito moderno da natureza intocada*. 1ª Edição. São Paulo: NUPAUB.

Franco, J.L.A.; Schittini, G.M.; Braz, V.S. (2015) *História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama Geral*. Revista HistoriaE. Rio Grande, vol.6, nº2, p.233-270.

Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5594>> Acesso em: ago.2017.

Franco, J.L.A. (2013) O Conceito de Biodiversidade e a História da Biologia da Conservação: da Preservação da Wilderness à Conservação da Biodiversidade. *Revista História*, São Paulo, v.32, nº2. p. 21-48, jul./dez. 2013. Disponível em:

<[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742013000200003&script=sci_abstract&tlng=es)

[90742013000200003&script=sci_abstract&tlng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742013000200003&script=sci_abstract&tlng=es)> Acesso em: abr.2018.

Holdgate, M. (1999) *The Green Web: A Union for World Conservation*. London: IUCN/Earthscan.

IUCN. (2008) *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*. Gland, Switzerland. 106p. Disponível em:

<<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-021.pdf>> Acesso em: jan.2018.

Lima, T.C.S. Mioto, R.C.T. (2007) Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katál*. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004#:~:text=Finalizando%2C%20reafirma%2Dse%20a%20pesquisa,de%20partida%20para%20outras%20pesquisas> Acesso em dez.2020.

Macarthur, R.H. & Wilson, E.O. (1967) *The Theory of Island Biogeography*. Princeton Univ. Press: Princeton.

Machado, M.M.M. Azevedo, U.R. (2015) Essa tal Geodiversidade. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1 e 2, p. 182-193, jan./dez. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2745>> Acesso em: ago.2021

Mccormick, J. (1992) *Rumo ao Paraíso: a História do Movimento Ambientalista*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Nash, R. (1967) *Wilderness and the American Mind*. 3. ed. New Haven: Cambridge, Yale University Press, 425p.

Runte, A. (2010) *National Parks: The American Experience* (Fourth ed.). Lanham: Taylor.

Santilli, J. (2005) *Socioambientalismo e Novos Direitos: Proteção Jurídica à Diversidade Biológica e Cultural*. 1ª Edição. Brasília: Editora Peirópolis. Disponível em: <https://www.ethno-terroirs.cnrs.fr/gestion/applis/apetit/fichiers/UNIVERSIDADEDEBRASILIA-SANTILLI_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf> Acesso em abr.2018.

Thomas, K. (2010) *O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitude em Relação às Plantas e aos Animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 454p.

Worster, D. (2008) *A Passion for Nature: The Life of John Muir*. Oxford: Oxford University Press.